

REVISTA COLAB AU.3

 emau



REVISTA COLAB AU
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
SEGUNDO SEMESTRE DE 2020 | ISSN 2674-8924
CENTRO UNIVERSITÁRIO PADRE ANCHIETA

GRUPO
ANCHIETA

EXPEDIENTE

A revista COLAB.au é:

Carolina Guida Cardoso do Carmo
(professora)

Thales Augusto Filipini Righi
(coordenador)

Equipe EMAU 2020.2

Cinthyia Silvia da Rocha
Débora Aparecida de Souza
Débora Benevides
Joanna Vitali Barboni
Larissa Gonçalves Nascimento
Lenyra Moraes de Andrade
Vitor do Espírito Santo Valverde

CORPO EDITORIAL

Thales Augusto Filipini Righi
Amanda Neves Pinto Ferreira Pelliciar
Carolina Guida Cardoso do Carmo
Mariana Garcia de Abreu Tenani

EQUIPE DE COLABORAÇÃO

Cinthyia Silvia da Rocha
Débora Aparecida de Souza
Débora Benevides
Joanna Vitali Barboni
Larissa Gonçalves Nascimento
Lenyra Moraes de Andrade
Vitor do Espírito Santo Valverde

PROJETO GRÁFICO

Carolina Guida Cardoso do Carmo

Fale com a gente!



anchietaemau@gmail.com



Arquitetura e Urbanismo Unianchieta

Editor Institucional
Centro Universitário Padre Anchieta

Revista Colab.au | n.3
segundo semestre de 2020
ISSN 2674-8924

AUTORES E AUTORAS DESTA EDIÇÃO

Amanda Ferreira Pelliciar
Amanda Testa Cavallini
Ayalla Cristini Buzzio de Souza
Bárbara Ferreira Lima
Camila Narcizo de Oliveira
Isabelle Santos Umbelino
Joanna Vitali Barboni
Luciana Franco Pavan
Renata Sieiro Fernandes

Creditos das fotos utilizadas na capa.

Iván Erre Jota on VisualHunt.com / CC BY-SA
Biblioteca de Arte-Fundação Calouste Gulbenkian on VisualHunt.com / CC BY-NC-ND
deltafrut on VisualHunt.com / CC BY
Cristina Schultz on VisualHunt.com / CC BY-NC-SA
Marcio Cabral de Moura on VisualHunt.com / CC BY-NC-ND

ÍNDICE

DISCENTE

Projeto Pitchulos p. 04

CIENTÍFICO

O feminino na Cidade e a Formação Humana p. 10

TRABALHO FINAL

Interstícios Urbanos e a Ressignificação dos Espaços p. 20

Conjunto Habitacional para Idosos p. 28

PROJETO PITCHULOS

Proposta de projeto por Bárbara Ferreira Lima, Camila Narcizo de Oliveira, Isabelle Santos Umbelino, Joanna Vitali Barboni e Maísa Machado Prado

O objetivo foi desenvolver um projeto de escola, sendo que a faixa etária escolhida foi de 4 à 5 anos e 11 meses de idade, com a proposta pedagógica baseada no método construtivista onde a aprendizagem está no conhecimento prévio do aluno através da experimentação. Isso traz um novo conceito de escola para a comunidade com um modelo pedagógico que busca a relação da escola e a formação do indivíduo. O intuito é o desenvolvimento de habilidades através de um espaço pensado com a psicologia das cores.



Conceito:

A Construção do Ser Humano no Ambiente

Partido:

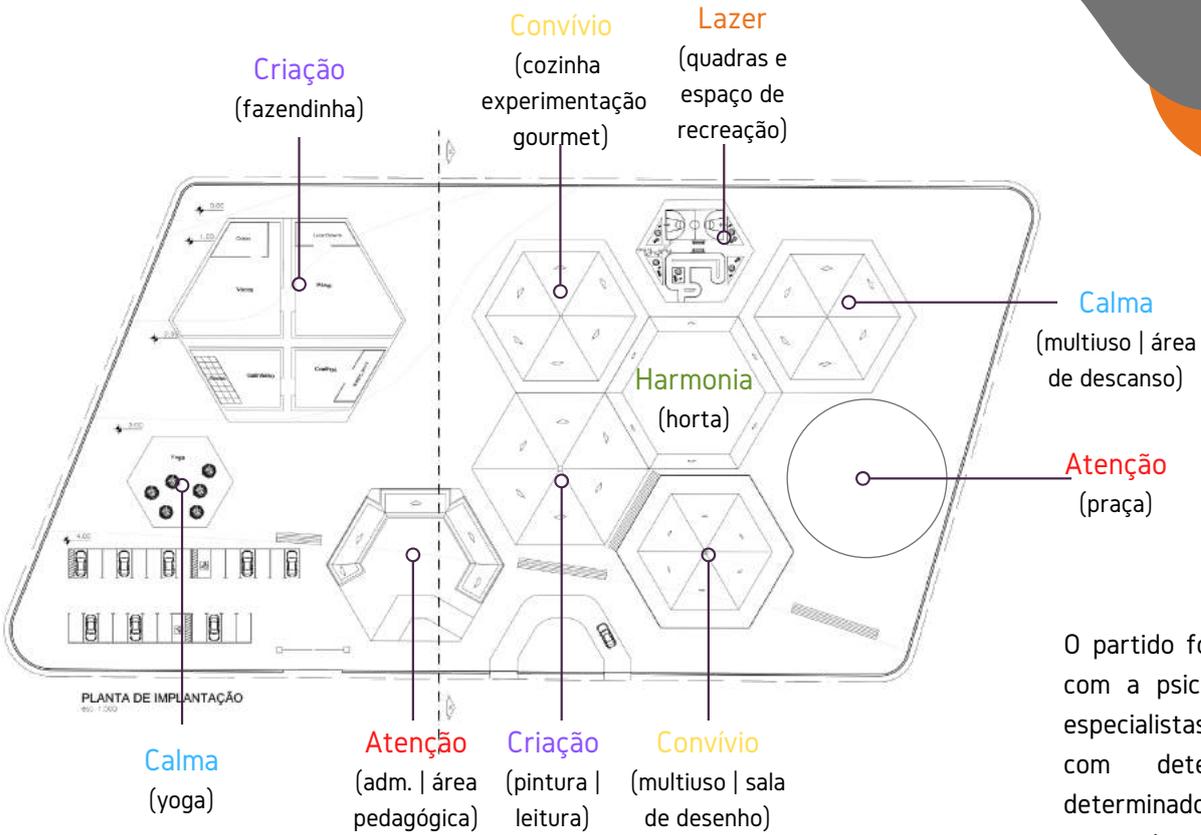
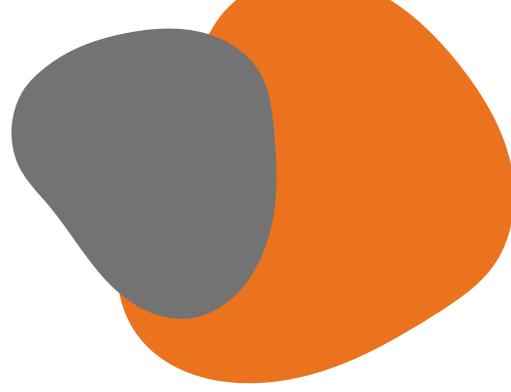
Espaços para experimentação mais amplos e com conexão da criança e o ambiente



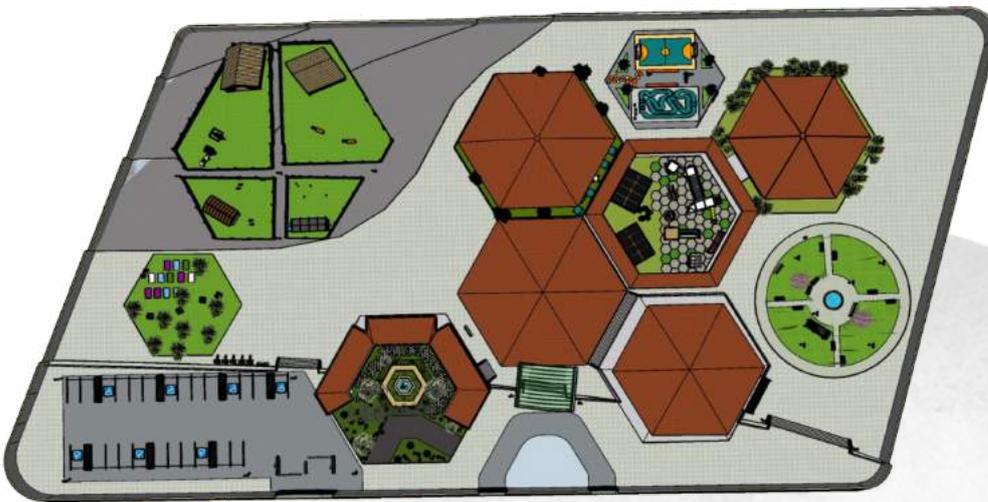
A estrutura dos Hexágonos é composta por um sistema de alvenaria convencional formada por vigas e pilares para sustentação do peso, com lajes de concreto e preenchimento de tijolos e revestimentos. As paredes são de alvenaria de bloco de concreto atingindo uma altura de 3,00m e fechamento em forro de gesso leve. As divisórias de alguns ambientes são compostas por painéis de madeiras e móveis para compor um layout com maior flexibilidade possível.

As divisórias externas são compostas pela própria disposição da implantação e da vegetação externa, compondo um elemento único. A porta camarão em madeira foi utilizada como uma divisória do interior para o exterior na sala multimídia, possibilitando a transição dos ambientes e proporcionando segurança para as pessoas que transitam entre os mesmos. Ela também tem funcionalidade como apoio ao painel de projeção na sua parte interna, possibilitando as atividades multimídias da sala e quando abertas ampliam o ambiente para um espaço de apresentações.





O partido foi pensado para trabalhar com a psicologia das cores, muitos especialistas relatam que trabalhar com determinadas cores em determinados ambientes pode proporcionar diferentes sensações e estímulos, tais como Calma, Convívio, Lazer, Atenção, Criação e Harmonia.



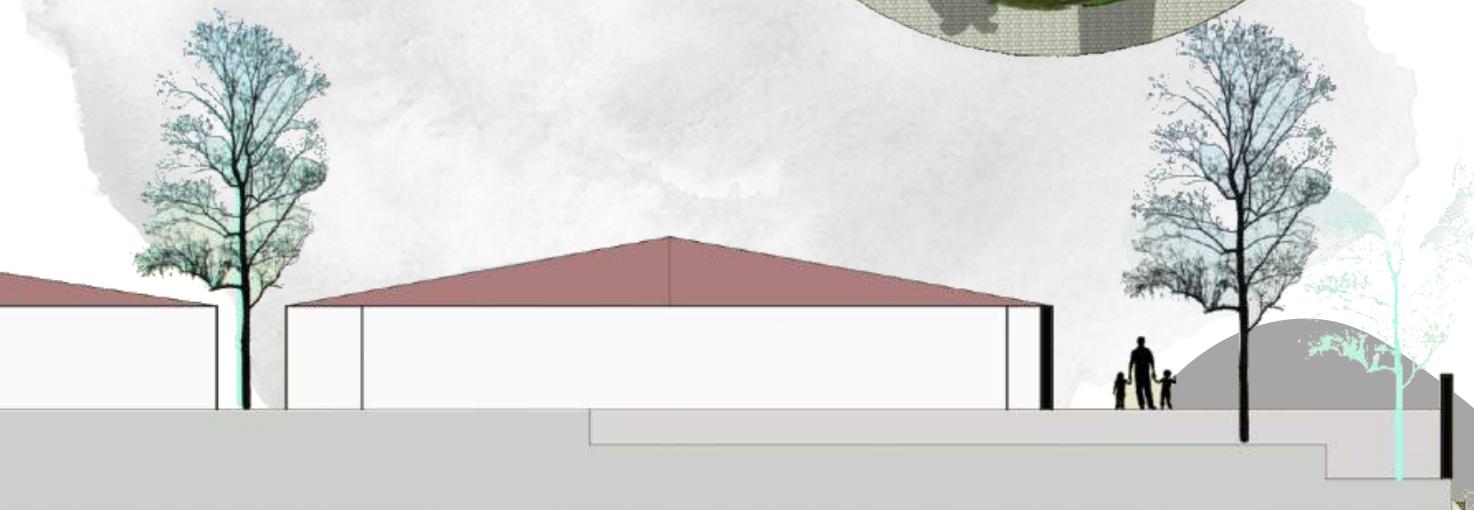
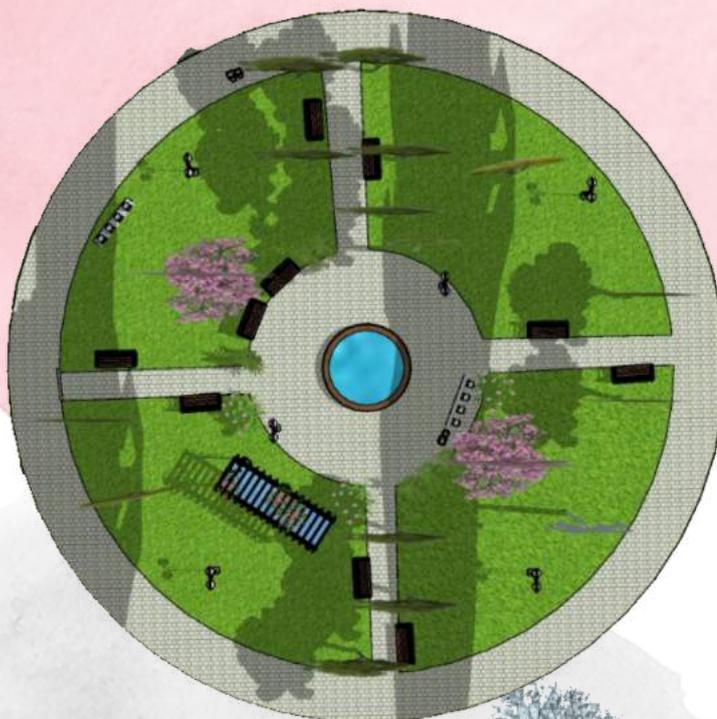


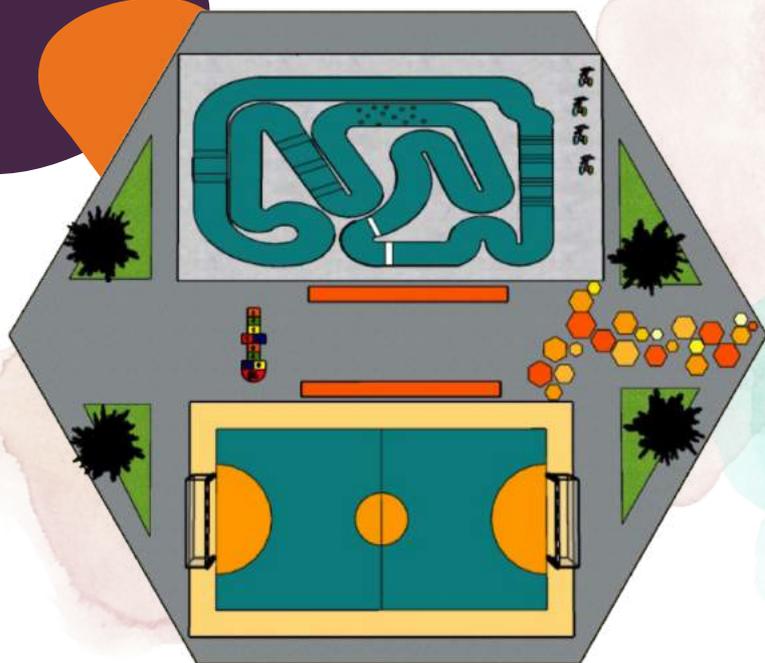
PROGRAMA DE NECESSIDADES



ESPAÇOS DE ATENÇÃO

A cor vermelha traz para as crianças a sensação de atenção e às vezes, até mesmo do que é proibido. Pensando nestes conceitos, foram distribuídos nesse setor as áreas administrativas, de serviço e de cuidado infantil. A proposta da praça é para trabalhar o convívio e o relacionamento dos pais perante a escola - colocar ela no setor vermelho não é tem como intuito a proibição, mas sim, a atenção, visto que é um espaço programado para os adultos.





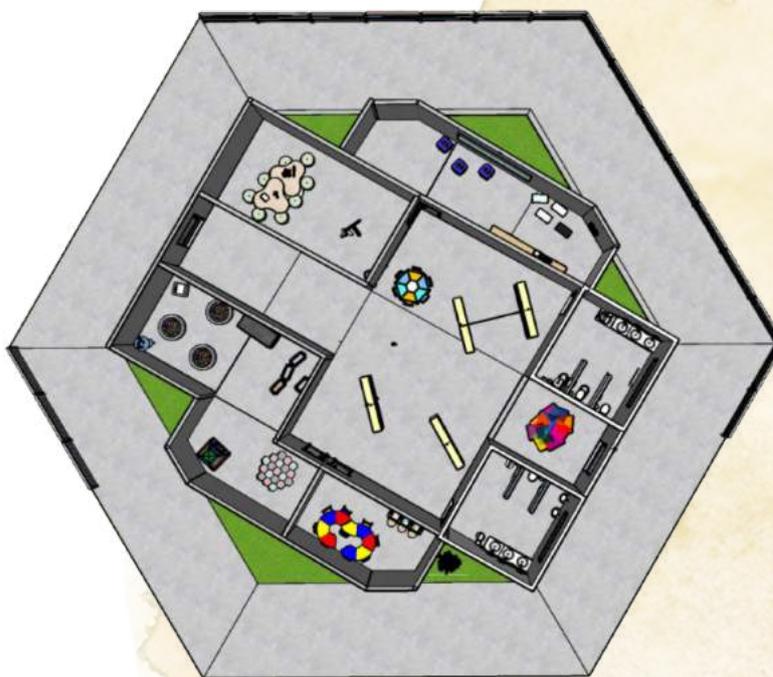
ESPAÇOS DE LAZER

A cor laranja traz às crianças a sensação de energia, visto que é vibrante e convidativa. É necessário trabalhar e distribuir esta energia através de experimentos que estimulem às crianças.



ESPAÇOS DE HARMONIA

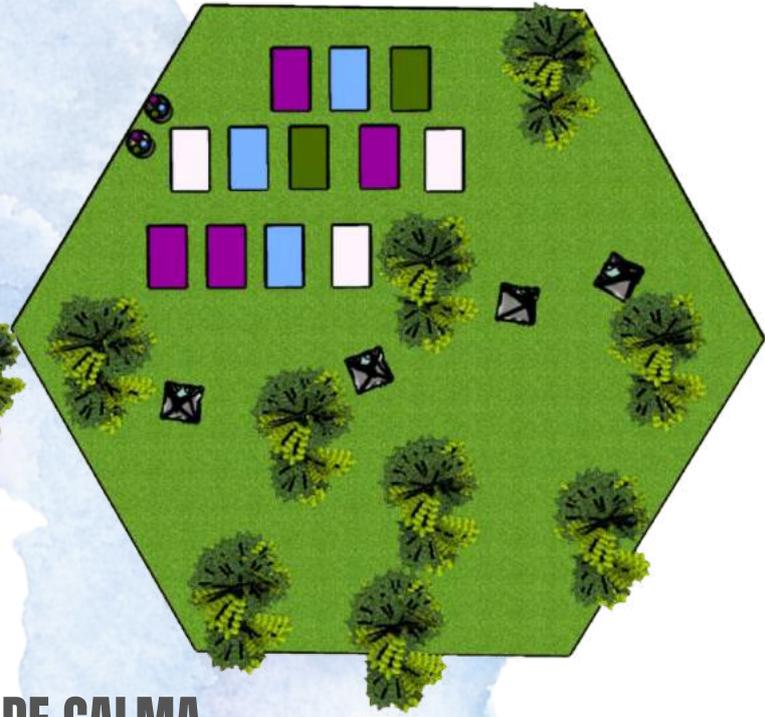
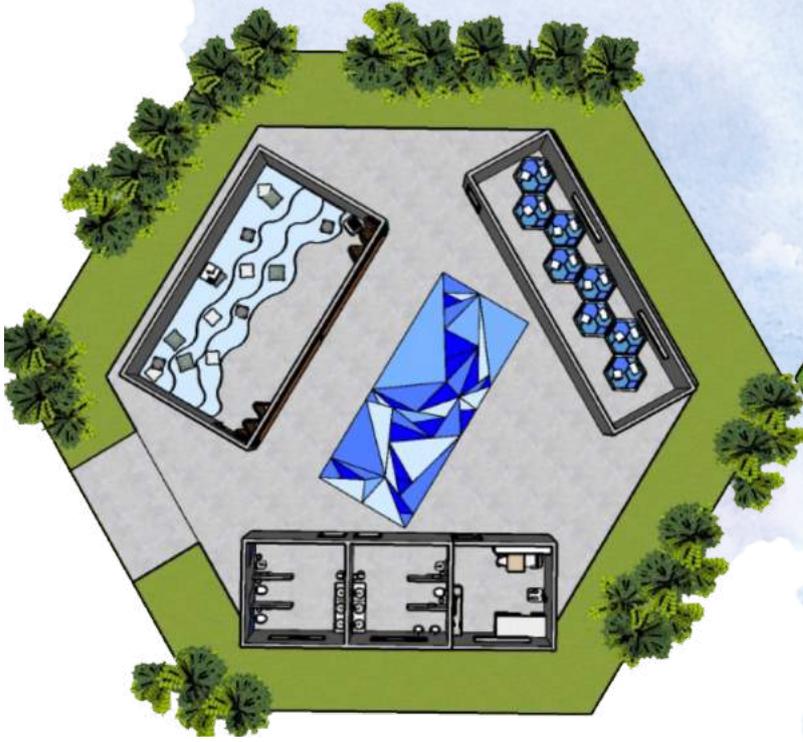
A cor verde traz a criança a estabilidade, equilíbrio e harmonia. Trabalhar com espaços como a horta estimula a relação do alimento com o prato e desenvolvimento o conhecimento com o meio ambiente.



ESPAÇOS DE CONVÍVIO

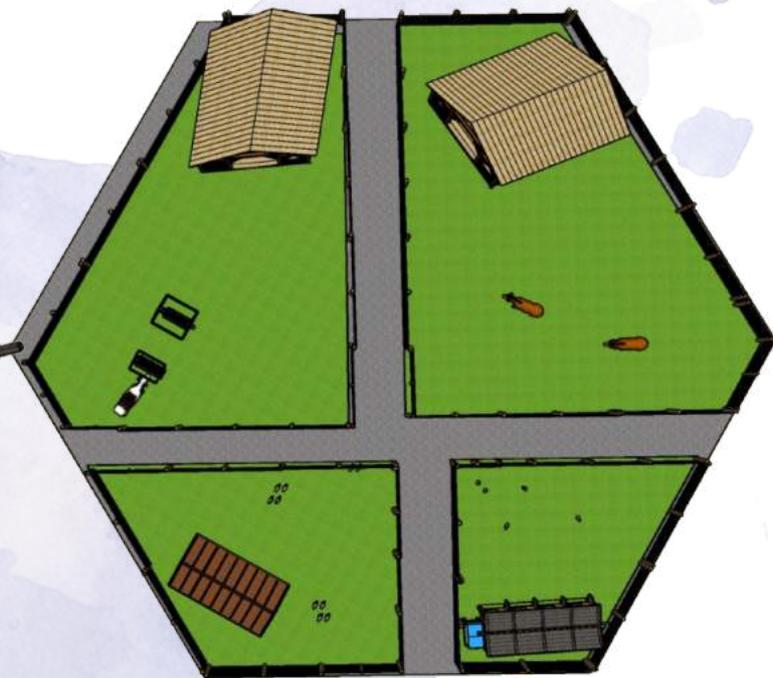
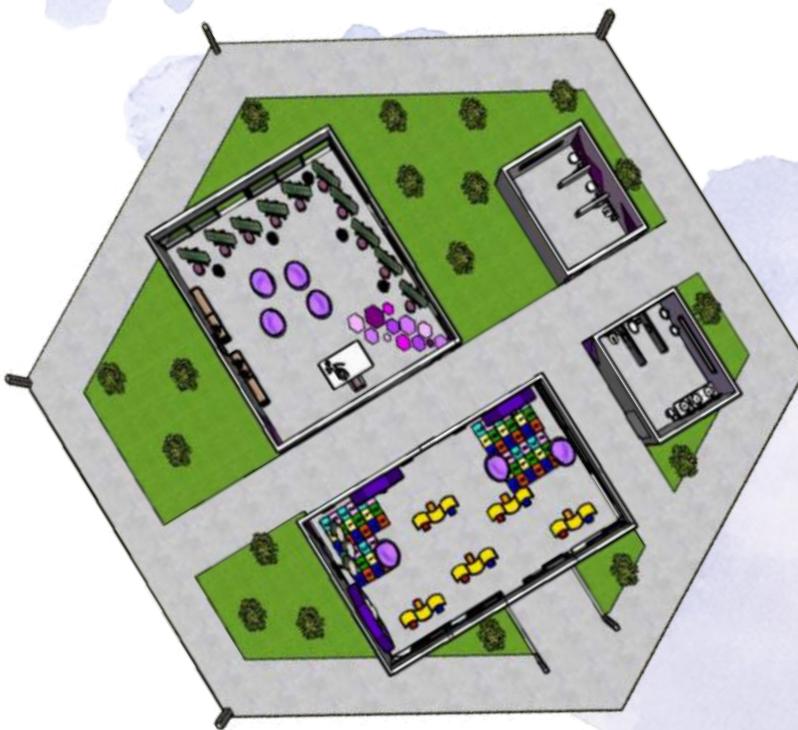
A cor amarela traz a sensação de energia, por isso, trabalhamos com layout flexível, que traz a possibilidade de novos tipos de experimentações e desenvolvimento cognitivos para as crianças, tanto nos espaços de convivência como no espaço de alimentação.





ESPAÇOS DE CALMA

A cor azul traz a sensação de calma, sendo aplicada nos setores de descanso e atividades mais leves e de conexão com o interior, como é o caso da área para yoga, que estimula corpo e mente e traz uma maior consciência corporal e diminui a agitação.



ESPAÇOS DE CRIAÇÃO

A cor roxa traz sensibilidade e estimula a criação, por isso trabalhou-se nos espaços de criação essa cor, que remete a criatividade, como é o caso das salas de leitura e pintura e a fazendinha, que traz novas percepções e experiências para as crianças.

O FEMININO NA CIDADE E A FORMAÇÃO HUMANA

Amanda Ferreira Pellicieri (1)

Luciana Franco Pavan (2)

Renata Sieiro Fernandes (3)

O trabalho trata do feminino na cidade. A justificativa para a abordagem do tema se dá pela necessidade de pensar novos modos de se fazer humano e do viver coletivo, especialmente nos espaços urbanos, tomando como mote a 4ª. onda dos movimentos feministas no mundo, no Brasil e na América Latina. O objetivo é apresentar e discutir, teoricamente, a participação dos coletivos como elemento constitutivo do sujeito público na ação educativa que visa modificar a cultura hegemônica e androcêntrica presente na modernidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, descritiva e analítica e de campo teórico-bibliográfico. Desta forma, conectam-se autores que estudam o feminismo sob a perspectiva freireana, e outros, juntamente com imagens de ocupação do espaço público por movimentos feministas e uma experiência de caminhada de mulheres em São Paulo. Retomando as ideias de Freire no livro *Pedagogia do Oprimido*, a grande incumbência humanista, histórica e pedagógica dos oprimidos é libertar-se a si e aos opressores. O forjamento da pedagogia do oprimido é sempre formação humana com ele e não para ele de modo a se caminhar rumo a renovação da humanidade. Os resultados mostram que as cidades possuem um caráter desumano, essencialmente em relação ao trato com as mulheres, advindos de paradigmas da modernidade que ensejam o patriarcado e o capitalismo. Conclui-se que as questões a respeito do feminino se confundem e permeiam as discussões e reflexões sobre as cidades: suas potencialidades, suas fragilidades, usos, direitos, destinos. Que a cidade precisa ser entendida como um lugar de encontro, de diferença, de interação criativa em que a desordem e o caos têm seus usos. E necessita de esforços comunitários e coletivos constituídos a partir de sujeitos políticos organizados coletivamente que circundem solidariedades sociais constituindo-se em novos projetos de formação humana.

(1) Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL, Americana/SP

(2) Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL, Americana/SP

(3) Docente do Programa de Mestrado em Educação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL, Americana/SP

INTRODUÇÃO | Mixofilia, Sororidade, Alteridade



“A quarta onda do feminismo é tipicamente latino-americana”. (Gonzalez, 2017)

Artista: Lia Fenix

Para Mariana Gonzalez (2017), ao afirmar que “a quarta onda do feminismo é tipicamente latino-americana”, explicita a importância da Greve Internacional de Mulheres de 8 Março também conhecida como Paro Internacional de Mujeres (PIM) e International Women’s Strike (IWS). A voz de Cecília Palmeiro (uma das criadoras do movimento argentino) faz-se categórica e imbuída de muita potência: “Se nossas vidas não importam, produzam sem nós”, traduzindo, assim, o lema do evento. Evento esse que se espalhou por 55 países. “É importante reconhecermos a luta de outras mulheres como lutas próprias”, diz Palmeiro (2017) ao referir-se sobre a solidariedade das indígenas do Paraguai que saíram às ruas como as mulheres brancas de Nova York quando o assunto era a eleição de Donald Trump. Na contramão da ação, essas mesmas mulheres não mostraram solicitude com as venezuelanas contra o golpe de Nicolás Maduro.

De acordo com a filósofa norte-americana Nancy Fraser, o denominado feminismo dos 99% representa “feminismo sem lideranças, feito pela maioria e para a maioria”. Deve inscrever-se em todos os movimentos sociais (LGBTs[1], indígenas, ambientalistas etc.), com ausência de hierarquias e combatendo a política capitalística. (Gonzalez, 2017, p. 4). Ressalta-se, ainda, a significância da coletividade e que esta, por sua vez, é encetada na linguagem e depois segue rumo às ações das pessoas. Aponta uma nova maneira de se elaborar política que supere o modelo de lideranças e de partido tradicional fabricados pela visão androcêntrica. Aliás, o nome Ni Una Menos, da marcha de protesto que se deu em várias cidades da América Latina, ecoou da poesia de Susana Chávez como denúncia de violência de gênero para transformar-se em frase política.

Igualdade de gênero no contexto da greve internacional de mulheres quer dizer que a mão de obra feminina é desvalorizada no mercado de trabalho e invisibilizada dentro de casa, já que é uma greve existencial e não singularmente trabalhista: o ofício doméstico não é admitido como trabalho, porque há a justificativa de que ele é realizado com amor. Por isso, busca-se o não-produzir (cozinhar, limpar, cuidar) como via para se debater a relação entre o corpo feminino e o capital. Combate-se, assim, a ideologia de feminilidade enquanto subproduto da industrialização. Romper com a prática de que o corpo da mulher pode ser explorado para o lucro - segundo a visão androcêntrica - porque é feminino, da mesma forma que o planeta também o é, é corromper a ideia estruturalista de superioridade produzindo ecos que irão remodelar toda uma linha de pensamento patriarcal para, então, se chegar em novos contornos sociais que priorizem a igualdade entre os gêneros.

Essa igualdade também envolve a questão do quão seguras as mulheres sentem-se nos meios urbano e rural e como fazem uso do fluxo e das possibilidades neles existentes. Portanto, engloba o universo público de ocupação e participação da ordem feminina nesses espaços. Flexionam-se sobre a arte, reuniões, assembleias e leituras de poesia como manifestação política e também como uma silhueta atraente para a juventude latino-americana. Assim, transformar um pedaço de mundo. Torná-lo inteiramente seu. Empenhar-se em algum tipo de iniciativa. Envolver-se com o que se é primordial e se tem vontade. Recobrar a própria voz amplificando-a. Levar a cabo escolhas grandes e vigorosas. Essa é a força do arquétipo das mulheres selvagens que é profundamente instintiva e intuitiva. Elas prosseguem na vida. Elas não se deixam entorpecer nem permitem que seus instintos sejam amortecidos. Mantêm seu poder de discernimento e sua capacidade de notar a natureza das questões da vida. Não aquiescem a trivialização daquilo que lhes parece anormal. As mulheres selvagens nutrem-se da relação de sabedoria, experiência e da sororidade com outras mulheres. Elas sabem que nascem “anlagen”, ou seja, como porções da célula destacada como “aquilo que se tornará.” Aprendem a apanhar a vida com as próprias mãos. Aprendem a persistir e a triunfar como a natureza. Aprendem a ser firmes. Devotas. Viscerais como a arte. Resistentes. Fortes. A ter percepção afiada. Aprendem a ser curiosas. Talentosas. Inventivas. Fecundas. Gregárias. (Pinkola, 2014). Desta forma, “o ser humano aparece como aquele ser que só pode ser a partir do outro”. (Ratzinger, 2005, p. 183). Portanto, o ato de fazer-se humano está imbuído de integração ao todo, à humanidade e ao cosmos, por meio de ações e envolvimento educativos-culturais. Nunca de isolamento nem atomização.

[1] Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros.

Assim, exercitar o conhecimento da alteridade é condição fundamental para o conhecimento de si. Nesse caso, o olhar direcionado ao outro, mira-se na questão de gênero, ou seja, da ordem do feminino.

Consequentemente: Não se diga que, sendo o fundamental a mudança do mundo malvado, sua recriação, no sentido de fazê-lo menos perverso, a discussão em torno da superação da fala machista é de menor importância, sobretudo porque a mulher não é classe social. A discriminação da mulher, expressada e feita pelo discurso machista e encarnada em práticas concretas, é uma forma colonial de tratá-la, incompatível, portanto, com qualquer posição progressista, de mulher ou de homem, pouco importa. (Freire, 1992, p. 68 como citado em Andreola, 2016, p. 616).

Materiais e Métodos

A pesquisa exploratória de que trata o artigo é de campo teórico, bibliográfico e documental, sendo descritiva e analítica no campo da Educação em relação a seus objetivos. Portanto, insere-se na abordagem qualitativa que, segundo Ludke e André (1986), se define por:

- a) ter o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento;
- b) os dados coletados são predominantemente de modo descritivos;
- c) a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto;
- d) o significado que as pessoas dão às coisas e à vida são focos de atenção especial;
- e) a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

A pesquisa de campo teórico do tipo bibliográfica e documental, para Koche (1997, p. 122) serve para:

- a) ampliar o grau de conhecimentos em uma determinada área, capacitando o investigador a compreender ou delimitar melhor um problema de pesquisa;
- b) dominar o conhecimento disponível e utilizá-lo como base ou fundamentação na construção de um modelo teórico explicativo de um problema, isto é, como instrumento auxiliar para a construção e fundamentação de hipóteses;
- c) descrever ou sistematizar o estado da arte, daquele momento, pertinente a um determinado tema ou problema.

Como fonte de dados foram buscadas bibliografias que tratavam do tema da 4ª. onda de feminismo, especialmente a partir da perspectiva freireana e de autores que analisam aspectos da modernidade como paradigmas para a cultura do patriarcado e do sistema capitalista. Ao lado disso, foram buscadas algumas imagens recentes de manifestações de cunho feminista, em diferentes lugares do mundo, com lemas idênticos ou peculiares, de modo a colaborar para a sustentação teórica acerca do conceito de sujeito público e da ocupação do espaço urbano como formas de resistência e de intervenção, bem como de instauração de discursos e ações contra hegemônicas, androcêntricas.

Foram escolhidas 6 imagens de coletivos de mulheres ativistas, no Brasil, Bolívia, Chile, Argentina, Peru que levantam “bandeiras” contra o feminicídio oriundo de machismo e misoginia, contra o estupro, contra a violência do Estado que pratica repressão policial em nome da segurança social, contra as políticas brasileiras de reforma trabalhista e de aposentadoria, que incidem sobre as ocupações e corpos femininos, contra o controle do útero e a criminalização do aborto, a favor de cotas e de ensino público e de qualidade, enfim, contra qualquer tipo de opressão, desigualdade social, racial e de gênero, advindas do colonialismo, do capitalismo e do patriarcado; em prol da liberdade, da democracia e de emancipação.

Além das imagens, buscou-se, como exemplo prático e próximo, a experiência brasileira de ocupação do espaço público, proveniente do projeto “Mulheres Caminhantes! Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade Terminal Santana”, realizada em conjunto por três organizações de São Paulo: a Rede MÁS, o SampaPé! e o Fórum Regional das Mulheres da Zona Norte, com apoio da WRI Brasil.

O projeto tem por finalidade pensar a mobilidade sustentável em conjunto com a de gênero, de modo a realizar diagnósticos sob a perspectiva da mulher e propor soluções para os problemas urbanos diários da Zona Norte da Cidade de São Paulo, por meio de pesquisas de indicadores nacionais e internacionais sobre o espaço público com foco em planejamento urbano com perspectiva de gênero, segurança, caminhabilidade e qualidade do espaço público, e aplicação da metodologia por meio de desenho participativo (mapas, desenhos, fotos).

De acordo com o Relatório da Auditoria, alguns dos objetivos principais do projeto são:

- contribuir para que meninas e mulheres possam acessar e desfrutar a cidade com segurança, autonomia e qualidade, tanto social, como ambiental;
- fortalecer a intersecção dos movimentos feminista, mobilidade urbana sustentável e mudanças climáticas;
- gerar dados, ainda quando não representativos, sobre segurança de gênero e caminhabilidade no espaço públicos para incentivar o desenho de políticas públicas mais eficazes e adequadas aos contextos de implementação;
- sensibilizar e compartilhar conteúdos para que meninas e mulheres tenham mais dados e argumentos para participar do planejamento e gestão da cidade e estreitar laços comunitários. (Sampapé, 2018)

Desta forma, é possível destacar processos e práticas formativas na atualidade, a partir do viés do feminismo, como possibilidades de mudanças pelas vias educativas-culturais.

Análises e Resultados

De acordo com Bourdieu, agressão que acomete e assalta a vida das mulheres é instrumento da dominação masculina e inscreve-se na cotidianidade de forma suave, invisível e insensível até mesmo para as suas vítimas. Acontece nas práticas diárias por via d conhecimento, desconhecimento, comunicação, filosofia de vida, estigmas, pela língua, inculcação, incorporação, pela incorporação de “esquemas inconscientes de percepção e de apreciação” e pela construção social dos corpos. (Bourdieu, 1999, pp. 4-6).

Os bordões presentes no cartazes dos movimentos pela via dos coletivos de mulheres denunciam e visibilizam o que, muitas vezes, encontra-se oculto ou desconhecido no cotidiano da vida e das relações sociais e de gênero.

A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos. (Bourdieu, 1999, p. 25).



Para o sociólogo, os corpos são edificados socialmente de acordo com um sistema homólogo de oposições entre feminino e masculino, arbitrariamente. Assim sendo, esse sistema caracteriza-se pela dualidade: dentro/fora, na frente/atrás, direita/esquerda, duro/mole, seco/úmido, ativo/passivo. Soma-se ao dual a questão do movimento corporal: entrar/sair, alto/baixo, subir/descer, sendo que o deslocamento fálico para cima o coloca (automaticamente) em uma posição de superioridade durante o ato sexual. Configura, dessa forma, “a topologia sexual do corpo socializado”, que se baseia na divergência anatômica entre os dois sexos:

A diferença biológica [grifo do autor] entre os sexos [grifo do autor], isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica [grifo do autor] entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros [grifo do autor] e, principalmente, da divisão social do trabalho. (Bourdieu, 1999, p. 9.).

Os lemas assumidos pelos coletivos de mulheres nas manifestações, demonstram, por conseguinte, a dissimetria radical que resulta desse contexto em que homens são os sujeitos sociais e as mulheres seus objetos de troca, estabelece que o homem é o que produz e reproduz e, portanto, seu senhor; na medida em que a mulher é simplesmente o produto transformado desse trabalho. A economia de bens simbólicos apoiando-se no princípio da divisão fundamental, converte-se em diáspora não somente na economia de reprodução biológica, mas também se alastra por todo universo social. (Bourdieu, 1999)

A divisão sexual está inscrita, por um lado, na divisão das atividades produtivas a que nós associamos a ideia de trabalho, assim como, mais amplamente, na divisão do trabalho de manutenção do capital social e do capital simbólico, que atribui aos homens o monopólio de todas as atividades oficiais, públicas, de representação [grifo do autor], e em particular todas as trocas de honra, das trocas de palavras (nos encontros cotidianos e sobretudo nas assembleias), trocas de dons, trocas de mulheres. (Bourdieu, 1999, p. 30)

As manifestações de iniciativa de mulheres buscam explicitar no espaço urbano, disseminar e alertar toda a sociedade a consciência sobre a posição social que a mulher assume está constantemente separada à do primado da masculinidade por um coeficiente simbólico negativo [grifo do autor], que por meio da estigmatização e localizando-se no esteio do sistema das diferenças homólogas, prejudica o ser e o fazer da ordem do mundo feminino. Isso equivale a dizer que os homens mantem-se no comando do espaço público e dos campos de poder, principalmente sobre o econômico e de produção, à proporção que às mulheres resta o espaço privado, ou seja, o doméstico (ensino, cuidado, serviço), e em razão disso, o espaço físico da reprodução, da procriação; o que personifica seu reducionismo imediato e a supremacia masculina em detrimento da inferiorização do feminino. (Bourdieu, 1999)

Evelyn Fox Keller no artigo “Qual foi o impacto do feminismo na ciência?” buscou a compreensão da gênese da divisão sexual e emocional do trabalho “que rotulava mente, razão e objetividade como ‘masculinas,’ e coração (e corpo), sentimento e subjetividade como ‘femininos’ e que, portanto, estão subjacentes à exclusão das mulheres do empreendimento científico”. (Keller, 2006, p. 15). Keller enfatiza que o feminismo contemporâneo contribuiu muito e alterou a posição da ordem feminina no campo da ciência: hoje há professoras titulares nas disciplinas científicas (de 8% a 35% doutoras outorgadas), resultante da pressão política de grupos de mulheres. (Keller, 2006, p.16). Ela explica tal pressão debruçando-se no desvendamento do exemplo da fertilização, isto é: até bem recentemente o espermatozoide era descrito como ‘ativo,’ ‘vigoroso’ e ‘auto impelido,’ o que lhe permitia ‘atravessar a capa do óvulo’ e ‘penetrar’ o óvulo, ao qual ‘entregava seus genes’ e onde ‘ativava o programa de desenvolvimento.’ Por contraste, o óvulo seria passivamente ‘transportado’ ou ‘varrido’ através da trompa de falópio até que ‘assaltado,’ ‘penetrado’ e fertilizado pelo espermatozoide. (Martin como citado em Keller, 2006, pp. 17-18). Sendo assim, o óvulo estaria em uma condição de passividade desprovido de ação e banido de seu universo protagonista-central nesse enredamento biológico interpessoal. No entanto, “pesquisas recentes sugerem a visão quase herética de que espermatozoide e óvulo são parceiros mutuamente ativos.” (Schatten e Schatten como citado em Keller, 2006, p. 18). Soma-se ao papel de significação do óvulo nesse enredo o fato de que ele é produtor de proteínas ou moléculas essenciais à aglutinação e penetração e o conceito de fertilização está atrelado ao “caminhar” tanto do óvulo quanto do espermatozoide, cuja direção está voltada para o encontro e fusão. (Alberts et al Keller, 2006). Sob esta perspectiva, o ato de agir não se restringe ao masculino e, por extensão, nem o receber, o ato passivo, se restringe ao feminino.

A força que o encontro e a proximidade geram nas ações coletivas das mulheres no espaço urbano, reforçam a ideia do sujeito público, que se ocupa do bem comum. Em marcha, no ritmo das caminhadas, na harmonia dos cantos entoados e das palavras de ordem gritadas em uníssono, as mulheres se reforçam em sororidade e atraem para o movimento, o engajamento de outras mulheres, buscando uma união em prol do enfrentamento da discriminação, da violência, da opressão no cotidiano e na atualidade. Fazendo um contraponto com a importância da coletividade, luta e rejeição a qualquer tipo de discriminação, Freire, em Medo e Ousadia, afirma:

Não digo que o racismo e o sexismo possam ser reduzidos à luta de classes. Mas o que quero dizer é que não acredito na possibilidade de superar o racismo e o sexismo num modo de produção capitalista, numa sociedade burguesa. Não obstante, isso não significa que o racismo e o sexismo serão superados mecanicamente numa sociedade socialista. [...]. Devemos evitar que nos interpretem como se estivéssemos pensando que deveríamos primeiro educar as pessoas para serem livres, para depois podermos transformar a sociedade. Não. Devemos, o quanto possível, fazer as duas coisas simultaneamente. Por isso, devemos estar engajados na ação política contra o racismo, contra o sexismo, contra o capitalismo, e contra as estruturas desumanas de produção. (Freire, 2000; p. 199, como citado em Barbosa, 2016)

Tomando o projeto oriundo da sociedade civil que se baseia nas caminhadas dos grupos de mulheres nos espaços públicos, assumem-se essas ações de deslocamento como instrumentos importantes tanto na realização dos diagnósticos das condições físicas dos espaços e vulnerabilidades para os pedestres quanto no empoderamento das mulheres ao colocarem-nas como especialistas na avaliação destes espaços, propondo soluções e intervenções urbanas, encorajando-as a enfrentar os medos referentes ao social refletidos nos modos de viver na cidade. Os resultados apresentados pelo relatório do projeto apontam que uma cidade para mulheres que promove sua segurança, mobilidade sustentável e direito à cidade é uma cidade mais inclusiva (Sampapé, 2018, p. 94):

Em que nenhum mobiliário é um possível esconderijo; onde atividades noturnas nas ruas; onde os bairros estão sinalizados para se deslocar a pé e de transporte público que garante espaço nas ruas para diversos ritmos e usos; onde é possível atravessar a rua com segurança; onde as demarcações de espaços garantem visibilidade para dentro dos terrenos; onde há oportunidade para escuta e participação constante da população na zeladoria; onde comércios e serviços são pontos de apoio e acolhimento em caso de sentimento de insegurança; com pontos de acesso em todos os trechos do caminho.

Em oposição, o que indica que uma cidade não é para mulheres, portanto, é menos inclusiva, é (Sampapé, 2018, p. 95):

Uma cidade cheia de câmeras de segurança; uma cidade com arbustos no lugar de árvores; uma cidade com conteúdo ofensivo nas bancas de jornais, nas paredes e cartazes na rua; uma cidade onde as decisões são tomadas de forma centralizada e sem incluir as diversas perspectivas; uma cidade com muros demarcando os espaços; uma cidade onde todas as manequins nas vitrines são representadas apenas de uma maneira; uma cidade com espaços públicos gradeados; uma cidade sem comércio de rua; uma cidade onde as pessoas são excluídas e marginalizadas.

Para Sennett (1988), a arquitetura também se coloca como um instrumento de controle (sobretudo do feminino) por favorecer ou impedir que as pessoas estabeleçam uma relação de intimidade. A presença delas nas áreas abertas é sempre local e de passagem. As cidades são construídas para se passar, mais precisamente de carro e não para se permanecer por um longo tempo. À vista disso, perceber as nuances históricas é fundamental para compreender a sociedade contemporânea e suas roupagens, ou seja, entender que o sujeito da Idade Média era público, socializava-se com o todo e com as diferenças emanadas por ele. Trazia relações interpessoais com o múltiplo. A vida era pública e o enredo com o diverso manifestava-se com frequência. As festas e as tradições eram motivo de mixofilia, da vontade de estar junto e da constante conexão entre os cidadãos. A praça pública era o lugar de estar e de circulação livre da palavra. Era o lugar da reunião. Era o lugar de construção inacabada de identidade. O sujeito público que se ocupava do bem comum habitava ali.

A busca do projeto é que a cidade, nos modos de viver urbano, se aproximem da ideia da pólis grega, que Benjamim (Matos, 2009) explicita como sendo o exercício democrático como fundamento de cidade, de decisão política e intelectual, da criação do espaço comum com valores partilhados, de ideal egóico, de afabilidade, elegância, ternura, admiração, sublimação, graça e convivência. A pólis configura-se como uma forma de vida e seu logos como unidade entre beleza física-estética e beleza ética. Consequentemente, ela deve ser um terreno onde cidadãos se reúnam em um mesmo destino, deve fazer-se como um espaço de individuação e de cidadania política, pois sem *philia*, “não há futuro político, isto é, paz social”. (Matos, 2009) Sendo assim, os espaços e os tempos se organizam/são organizados de forma a propiciar a construção de vivência de ideias democráticas, inclusivos, de conexões entre os sujeitos e coletivos na diversidade, ainda que em tensão e dissenso, mas também em momentos de harmonia e consenso.

Sendo assim, os espaços e os tempos se organizam/são organizados de forma a propiciar a construção de vivência de ideias democráticas, inclusivos, de conexões entre os sujeitos e coletivos na diversidade, ainda que em tensão e dissenso, mas também em momentos de harmonia e consenso. Benjamim também menciona que os gregos agarravam o tempo pelos cabelos (*aíon*) no que dizia respeito à arquitetura (pedras), pois ela “invoca justiça ao tempo” e desvela a brevidade da vida e a percepção do tempo. Critica a hermenêutica da cultura capitalista cuja objetividade se expressa na expropriação do espaço público, principalmente para a ordem feminina. Para ele, a privatização da palavra representa o confisco de sentido e sua negatividade, o que desencadeia o triunfo da subjetividade e seu domínio arbitrário. O tempo na modernidade é subvertido como aceleração desapropriando a humanidade de seus usos e sentidos, porque é reduzido a cronômetro e a um fim último: a morte. Morte por cultivar o instante e boicotar possibilidades de chance de vida. Morte pela imposição da monotonia: experiência alucinatória de tempo plasmado transformado em presente raso e sem história. Esta, gera impossibilidade de pensamento e excessos. (Matos, 2009).

Com o advento da modernidade, o que se começa a perder são as formas de sociabilidade no espaço público, já que a classe burguesa passa a ter mais poder, e consequentemente, a destronar o monarca. É a favor da retomada da ocupação do urbano público como lugar de fazer-se e de fazer políticas democráticas e que as marchas, as manifestações, os movimentos, bem como os programas engajados e comandados por mulheres se orientam.

Com a modernidade há o declínio do sujeito público e, assim, uma moralidade nova passa a vigorar, isto é, os sujeitos passam a ficar cada vez mais em sua casa e preocupam-se mais com seu núcleo familiar ao invés do bem público. Por conseguinte, o espaço público passa a ser demonizado. O homem veste-se como o pai de família e a mulher como recatada e do lar (a que está na rua é a mulher lasciva). Portanto, o ser humano, mais especificamente as mulheres, passa a ser capturado e subjetivado pelo “estrategismo” capitalístico. Todo esse cenário compactua para a era do espetáculo definido por Benjamim como “coisas exibidas em sua separação de si mesmas” (Agamben, 2005 como citado em Benjamim, 2009), inclusive da mulher com sua natureza instintiva, intuitiva, selvagem, indomável, criadora. Espetáculo este também do consumo, delineando um consumismo desmedido do que não se necessita e a necessidade daquilo que não se consome.

Tal fato, de acordo com Benjamim, revela uma profanação da transcendência teológica e de culto à mercadoria, ou seja, o capitalismo produz uma privação daquilo que seria indispensável e fornece o acesso ao que é dispensável. (Matos, 2009). As mulheres são as principais vítimas, por terem o fardo de apresentarem-se belas, recatadas e do lar, imagem que os movimentos feministas tentam desconstruir. A família burguesa nunca deixou de investir no casamento em função dessa força simbólica e a mulher burguesa é o melhor desenho para representar esse interesse de manutenção do status quo, pois reconhece a si mesma como um objeto estético. Quer dizer que ela está focada na beleza, na indumentária, postura, inclinação à arte da sedução, elegância; já que é sua função doméstica nessa divisão sexual do trabalho. Essa “profissão” que se abstém de sanção econômica, estende-se ao mundo corporativo, onde elas irão desempenhar papéis de acolhida, de recepção, de anfitriã, guia turístico, acompanhante, de vitupérios, insultos, ultrajes etc. Essa é sua cooperação para com o aumento do capital social de relações e ao capital simbólico da empresa. (Bourdieu, 1999).

Aliás, Paulo Freire (Freire, 1994, p.62 como citado em Anderola, 2016) em Cartas a Cristina, descreve suas memórias relacionadas com as humilhações sofridas pela mãe durante o período de crise enfrentado pela família provocada pela quebra da bolsa de Nova York, em 1929, que não representa uma realidade única, mas um estigma carregado por um longo período, com consequências que se arrastam até a contemporaneidade:

Quando, por exemplo, minha mãe, dócil e timidamente, pedindo desculpas ao açougueiro por não haver pago a ínfima quantidade de carne comprada na semana anterior, ao solicitar mais crédito para trezentos gramas a mais, prometia que pagaria as duas dívidas, na verdade ela não mentia nem tentava um golpe. Ela precisava acreditar em que realmente pagaria. E precisava, de um lado, por uma razão muito concreta – a fome real da família; de outro, por uma questão ética – a ética de mulher de classe média cristã católica. E quando o açougueiro, zombeteiro, machista, a desrespeitava com seu discurso de mofa, suas palavras a pisoteavam, a destroçavam, a emudeciam. Tímida e esmagada, eu a vejo agora, neste momento mesmo, eu a vejo frágil, olhos marejando, deixando aquele açougue à procura de outro em que quase sempre se acrescentavam outras ofensas às já recebidas. [...]. Não estou hoje como até mesmo à época não estava pretendendo que o açougueiro às suas custas financiasse a nossa crise. Não era e não é isso. O que me revoltava era o desrespeito de quem se achava em posição de poder a quem não o tinha. Era o tom humilhante, ofensivo, canalha, com que o açougueiro falava a minha mãe. A entonação da censura, de reprovação do discurso do açougueiro, que ele prolongava desnecessariamente e de forma que todos, no açougue, ouviam, me fazia um tal mal que, agora, preciso me esforçar para descrever a experiência. [...] Nesta altura, porém, não posso deixar de fazer um comentário sobre a cultura machista que nos marca. Só ela pode explicar, de um lado, que minha mãe tomasse para si sempre o incômodo enfrentamento dos credores; de outro, que meu pai, tão justo e correto, aceitasse sabê-la expondo-se como se expunha (mesmo que ela não o informasse do que ouvia nos açougues e bodegas) e não assumisse a responsabilidade de tratar com os credores. Era como se a autoridade do homem devesse ficar defendida, no fundo, falsamente defendida, resguardada, enquanto a mulher se entregava às ofensas. (Freire, 1994, pp. 63-64).

Discussões e Conclusões

Buscando interpolar os conceitos e as argumentações teóricas advindas dos autores apresentados até agora, com as imagens dos movimentos de mulheres e o projeto de caminhada na cidade, entende-se que a espécie de cidade desejada é imanente à questão do tipo de pessoa que se almeja tonar-se. O sustento precioso dos direitos da humanidade é a liberdade. (Park como citado em Matos, 2009, p. 30). Daí a quintessência da experiência de se viver a cidade com alegoria, com sentido.

Em oposição, o extraordinário ritmo e escala de urbanização dificultam o flexionar-se sobre essa liberdade de ir, de vir, de continuamente transformar o entorno e se transformar como uma simbiose perfeita. O ritmo de alterações históricas e geográficas solapa a capacidade de se contemplar e elucidar o poder de fogo da globalização e da guinada neoliberalista. Velam as desigualdades sociais que residem no poderio de classe. Nublam o fato das cidades estarem pulverizadas, fortificadas, reféns da gentrificação e da limpeza social, vítimas do desenvolvimento geológico desigual, segregadas e, portanto, divididas em microestados, que produzem a ideia de que o perigo está em toda parte da cidade. As questões a respeito do feminino se confundem e permeiam as discussões e reflexões sobre as cidades: suas potencialidades, suas fragilidades, usos, direitos, destinos. A cidade precisa ser enxergada como um lugar de encontro, de diferença, de interação criativa, como lugar onde a desordem e o caos tem seus usos. A cidade tem visões, formas culturais e desejos individuais que diversas vezes se chocam. Na ambiência urbana a diferença assume a intolerância, a marginalidade, a exclusão e fervorosos confrontos. Isto posto, geramos a cidade pelas nossas ações diárias, e por isso, o direito à cidade não é abstrato. E sim, inerente às práticas diárias e nunca é um direito individual. E um esforço comunitário constituído a partir de direitos políticos grupais que circundam solidariedades sociais. (Matos, 2009).

Para Freire (2011, p.63 como citado em Nery, Oliveira, 2016) “a humanização é uma coisa que [os opressores] possuem como direito exclusivo, como atributo herdado. A humanização é apenas sua”. Conforme Nery e Oliveira (2016), o pensamento freiriano corrobora sobre a relação entre o direito de humanizar e o processo de autonomia dos sujeitos. a ferramenta para tal é a educação, que permite devolver a diferentes grupos a humanidade que lhe fora retirada, como uma forma de superação das diversas formas de opressão.

Respeitar os diferentes discursos e pôr em prática a compreensão de pluralidade (a qual exige tanto crítica e criatividade no ato de dizer a palavra, quanto no ato de ler a palavra) exige uma transformação política e social [...] A legitimação desses diversos discursos legitimaria a pluralidade de vozes na reconstrução de uma sociedade verdadeiramente democrática (Freire, 1990, p. 36-37 como citado em Nery, Oliveira, 2016, p.8).

Quando digo unidade na diversidade é porque, mesmo reconhecendo que as diferenças entre pessoas, grupos, etnias, possam dificultar um trabalho em unidade, ela é possível. Mais: é necessária, considerando-se a coincidência dos objetivos por que os diferentes lutam. A igualdade nos e dos objetivos pode viabilizar a unidade na diferença. (Freire, 1995 como citado em Barbosa, 2016, p.45)

Numa tentativa de finalizar as reflexões e de retomar o percurso, que as vidas das mulheres importem; que movimentos simultâneos de internacionalização de sororidade ganhem ímpeto, intensidade e fecundidade; que as hierarquias sejam substituídas pelo princípio da desorientação no sentido de não-organizado previamente, que inventemos maneiras não-capitalísticas de se fazer e praticar política. Que a coletividade encontre na linguagem a práxis para transformar o meio e recriá-lo segundo as suas (novas) necessidades exatamente como um homo luden. Que a era da mixofilia transborde. Que se caminhe 'a partir de' e 'junto com'. Que o sujeito público componente daquilo que é o feminino, ocupe conspicuamente a ambiência urbana confrontando a divisão sexual do trabalho e restaurando o caráter áurico das cidades. Que "passemos do ser em prol de si mesmos para o ser em prol dos outros". (Ratzinger, 2005, p. 87).

Referências

- Andreola, B.A. (2016). Paulo Freire e a condição da mulher. Roteiro, [S.l.], v. 41, n. 3, p. 609-628, out. 2016. ISSN 2177-6059. Recuperado de <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/10398>>.
- Barbosa, J. A.(2016) As obras de Paulo Freire e o debate sobre gênero e raça: aproximações e possibilidades de diálogo. Revista da ABPN, Goiás, v. 9, n. 21, p. 37-51. Recuperado de <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/225>>
- Bourdieu, P. (1999) A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Pinkola, E. C. (2014) Mulheres que correm com os lobos. Rio de Janeiro: Rocco.
- Fernandes, R. S. (2012) Escritos em Educação, na cidade, para todas as estações do ano. In: Fernandes, R. S., Groppo, L.A., Park, M. B. (orgs). Cidade – Patrimônio educativo. Jundiaí: Paco editorial, pp. 53-84.
- Freire, P. (2014) Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gonzalez, M. (2017) Quarta onda do feminismo é tipicamente latino-americana. Revista Cult, São Paulo, v. 2017, n. sn, p. 1-5, nov. 2017.
- Matos, O. (2009) Walter Benjamin: polis grega, metrópoles modernas. In: Jobim e Souza, S; Kramer, S. Política, cidade, educação: itinerários de Walter Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/PUCRio, pp. 61-84.
- Keller, E. F.(2006) Qual foi o impacto do feminismo na ciência? Cadernos Pagu, Campinas, SP, v. unico, n. 27, p. 13-34, jul. Recuperado de <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n27/32137.pdf>>.
- Koche, J. C. (1997) Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Vozes, 1997.
- Ludke, M. & André, M.E.D.A. (1986). Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: Pedagógica e Universitária..
- Nery, I. T. & Oliveira, I. (2016) Um diálogo entre o pensamento educacional de Paulo Freire e os movimentos feministas. Colóquio Internacional Paulo Freire (2016): Recife
- Sampapé.(2018) Mulheres caminhantes! Auditoria de segurança de gênero e caminhabilidade terminal Santana: Análises, Resultados e Recomendações. São Paulo: Autor.
- Ratzinger, J. (2005) Introdução ao Cristianismo. São Paulo: Loyola.
- Sennett, Richard.(1988) O fim da cultura pública. In: _____. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 317-328..



INTERSTÍCIOS URBANOS E A RESSIGNIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS

Ayalla Cristini Buzzio de Souza

Esse trabalho desenvolvido em 2019 buscou, como objetivo principal levantar, analisar e trazer propostas de uso, revitalização e incentivo a apropriação de INTERSTÍCIOS URBANOS localizados no bairro Vila Arens em Jundiá, buscando recuperar a vida coletiva e pública, tão presente na fundação do bairro.

“Foi de Vila Arens que se expandiu todo o parque industrial jundiense, hoje a necessitar, pela força do próprio progresso, da descentralização de suas indústrias, não mais aconselhadas em perímetros urbanos [...]” (CIPOLATO, 1977, pág. 02).



- Av. A. Frederico Ozanan
- Linha férrea
- Av. União dos Ferroviários
- Av. Nove de Julho
- Rod. Anhanguera
- Rio Guapeva
- Rio Jundiá
- Recorte de projeto - Vila Arens
- Estação de trem Vila Arens
- Terminal de ônibus Vila Arens
- Rodoviária
- Centro Universitário P. Anchieta



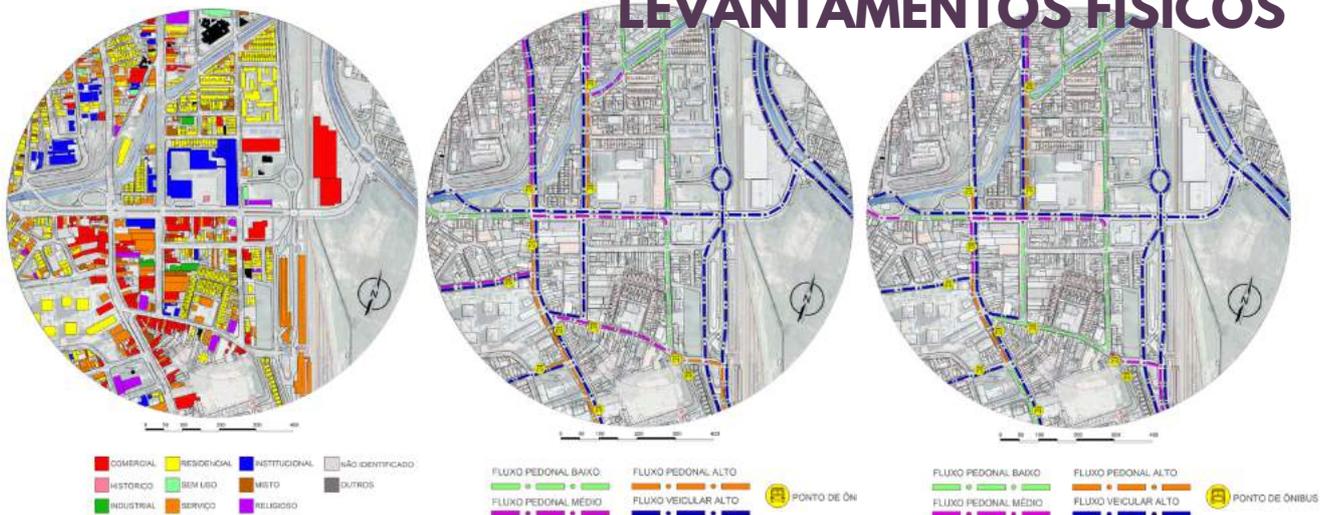
Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido em 2019, sob orientação da Prof. Ma. Carolina Guida Cardoso do Carmo. A apresentação feita para a revista é uma síntese das análises e proposições feitas no trabalho completo.

É necessário repensar os espaços residuais de forma a ressignificá-los, usando-os para levantar questionamentos sobre o espaço público, como, a quem pertence? Quais as possibilidades? Interstícios são áreas com potencialidades latentes, e é função do arquiteto e urbanista, juntamente com a sociedade, romper com o programa pré-estabelecido das mesmas, trazendo novas possibilidades de uso potencializadoras da sociabilidade, lazer, cultura e demais atividades pertinentes ou experimentais (AGUIAR, 2017).

“Usamos o conceito de interstício para designar o espaço não edificado resultante da disposição e agregação dos edifícios. Em linguagem arquitetônica estes espaços designam-se por negativo ou vazios, por contraposto ao espaço edificado, positivo ou cheio.” (GUERREIRO, 2008, p.02)

Referência e Identidade	Os centros têm um papel essencial quanto à identidade e à referência de seus cidadãos e visitantes.
História urbana	O centro é o lugar onde se encontram as sedimentações e as estratificações da história de uma cidade.
Sociabilidade e diversidade	A variedade de atividades e a tolerância às diversidades reforçam o caráter singular dos centros urbanos em relação aos subcentros mais recentes.
Infraestrutura existente	Nos centros das cidades, geralmente, há um sistema viário consolidado, saneamento básico, energia e serviços de telefonia, transporte coletivo, equipamentos sociais e culturais de diversas naturezas. O descarte dessa infraestrutura, tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental, é injustificável.
Mudanças nos padrões sociodemográficos	Alterações como maior expectativa de vida e consequente envelhecimento da população; redução do número de componentes da família; ampliação do trabalho feminino, entre outros aspectos, facilitam e reconduzem ao retorno de habitações nas áreas centrais.
Deslocamentos pendulares	Estatisticamente, o centro de muitas cidades ainda concentra um maior número de postos de emprego. O retorno do uso residencial para o centro diminui sensivelmente a necessidade de movimento pendular diário moradia-trabalho.
Distribuição e abastecimento	Durante muitas décadas, vem ocorrendo a dispersão locacional dos negócios. Em diversas escalas, entretanto, os centros ainda retêm uma parcela da distribuição de bens e serviços.

LEVANTAMENTOS FÍSICOS



Intervir em centros urbanos é um meio de perpetuar sua história ao longo das gerações, promover a reutilização de edifícios e áreas abandonadas ou subutilizadas, dinamizar as atividades sociais e comerciais e conseqüentemente elevar o nível de qualidade de vida dos habitantes (VARGAS; CASTILHO, 2015). Por meio de intervenções é possível devolver a cidade as pessoas, retomando a função social do meio público, recuperando o sentimento de pertencimento aos espaços, diversificando e renovando os significados e usos do meio urbano. (CRAVEIRO; ALMEIDA, 2013). Sendo assim é preciso explorar o potencial dos interstícios nas cidades, transformando o que “antes era uma barreira intraurbana em um grande limiar que passa a reunir pessoas e diferentes formas de ocupação” (AGUIAR, 2017, p. 764), além de estimular o pré-existente, criando a ligação ativa entre novo e antigo.

ESTUDOS DE CASO



Espaços de Paz,
Venezuela

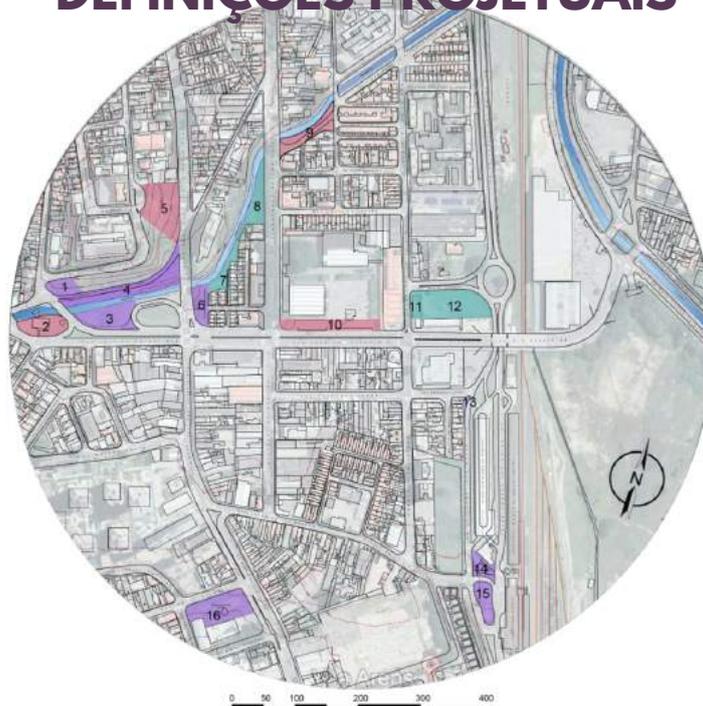


Beco do Batman,
São Paulo

As áreas de intervenção foram enumeradas de 01 a 16, buscou-se levantar zonas que fossem próximas umas às outras e onde seja possível executar conexão ente as mesmas, para isso locais já consolidados foram somados aos interstícios. Outro fator relevante para a escolha das glebas foram os fluxos pedonais existentes, buscando relacionar estas áreas com os transeuntes, que por vezes criam novos caminhos diferentes dos consolidados para suprir suas necessidades de locomoção cotidianas. Na sequência definiu-se três níveis de classificação para análise, mediante a visita técnica in loco e observação dos espaços, sendo eles:

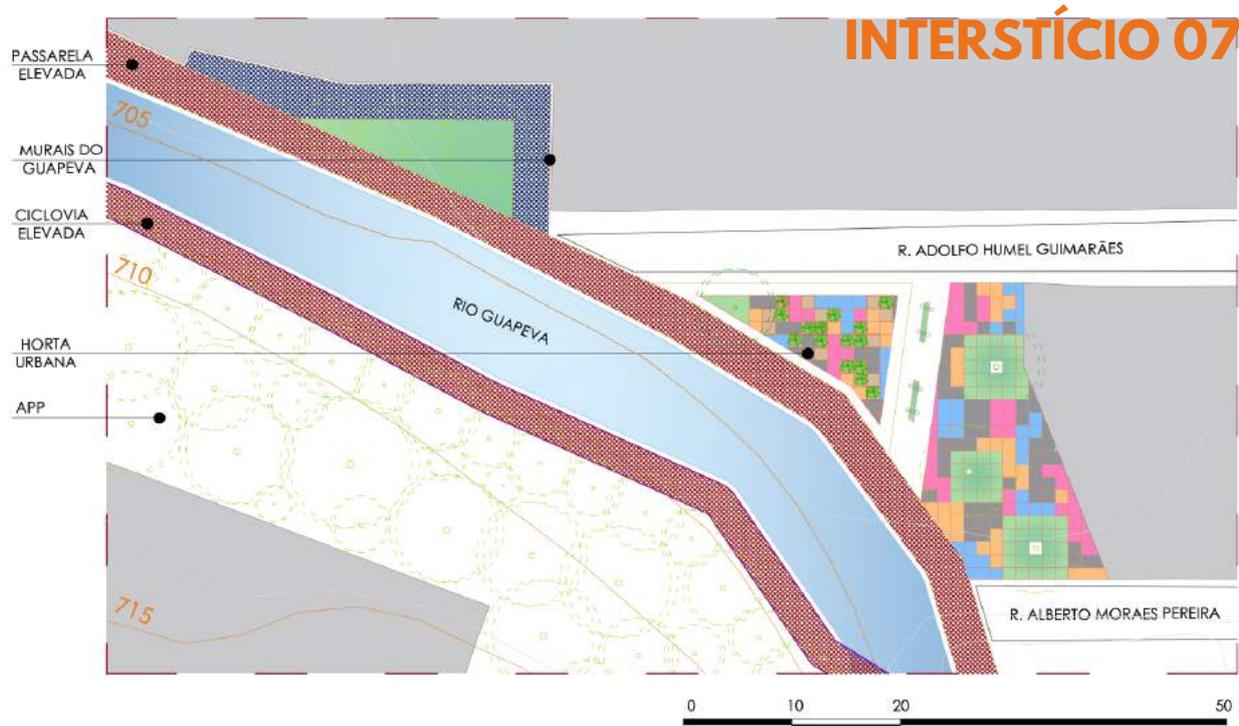
1. Áreas vazias e inutilizadas (sem infraestrutura e sem usos de aspecto social);
2. Áreas consolidadas e subutilizadas (possuem algum nível de infraestrutura, porém sem usos de aspecto social);
3. Áreas consolidadas e com uso (possuem algum nível de infraestrutura e possuem uso de aspecto social).

DEFINIÇÕES PROJETUAIS



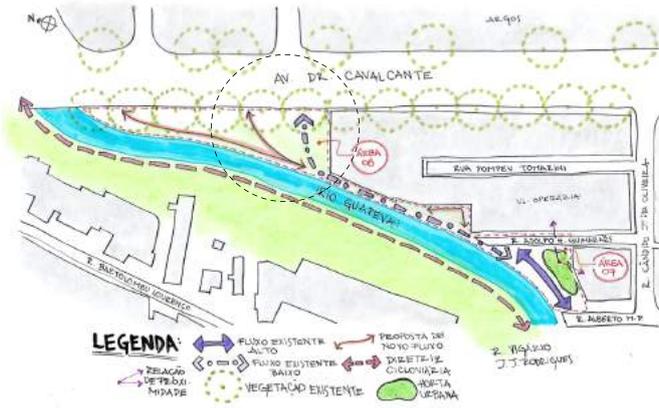
NÍVEL 01: Áreas vazias e inutilizadas
NÍVEL 02: Áreas consolidadas e subutilizadas
NÍVEL 03: Áreas consolidadas e com uso

Para o interstício 07, propõe-se a implantação de uma horta urbana, que poderá ser mantida pela população fixa do local, criando vínculos afetivos com o espaço e sociais entre os vizinhos, uma fruição pedonal e uma ciclovia, prevista nas diretrizes do plano diretor municipal, margando o rio entre as ruas Dr. Cavalcanti e Vigário J. J. Rodrigues por meio de uma passarela metálica executada com chapas xadrez vazadas e elevadas do solo, permitindo assim a percolação das águas pluviais no terreno.

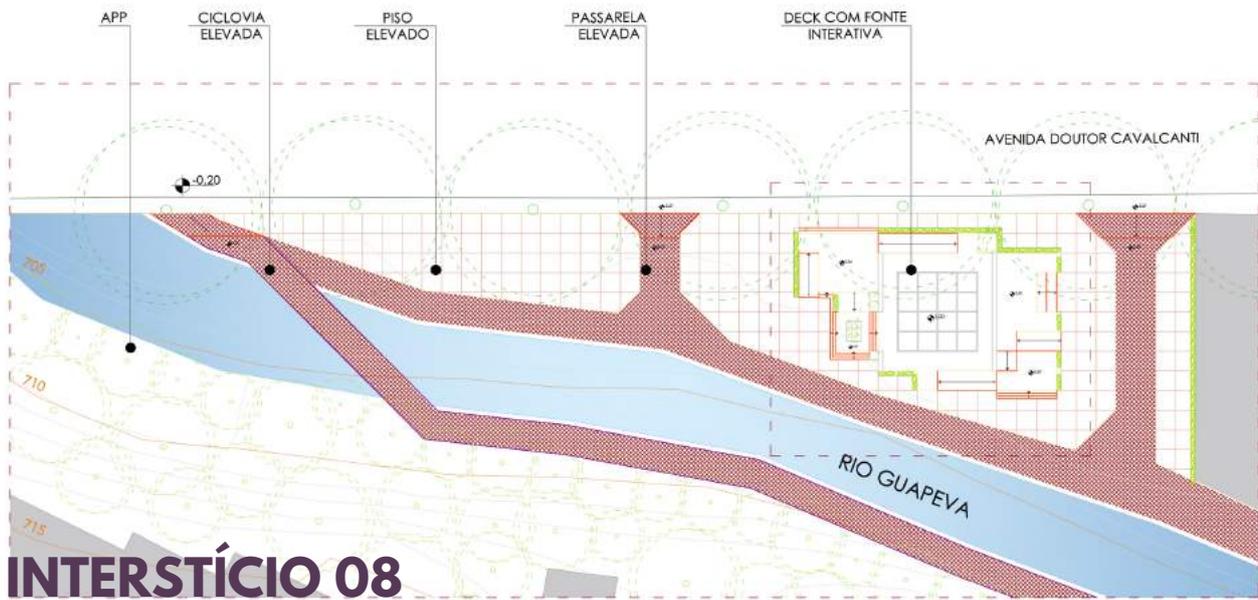


ÁREA DE INTERVENÇÃO 07
 Detalhamento
 Sem escala





A respeito da área de intervenção 08, o projeto abordará a memória do rio Guapeva, hoje esquecido atrás das casas, criando uma praça hídrica onde a água se torna elemento interativo e não somente contemplativo como é de praxe no país. Ao criar vínculos de uso com a água e o rio, reforça-se a lembrança da importância do mesmo para a sociedade e a preservação torna-se mais efetiva.

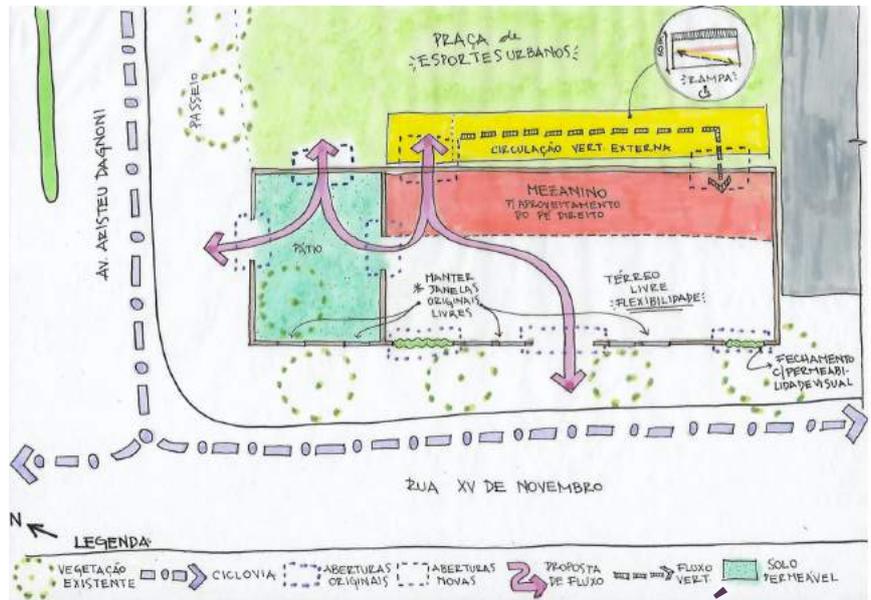


INTERSTÍCIO 08

ÁREA DE INTERVENÇÃO 08
 Detalhamento
 Sem escala

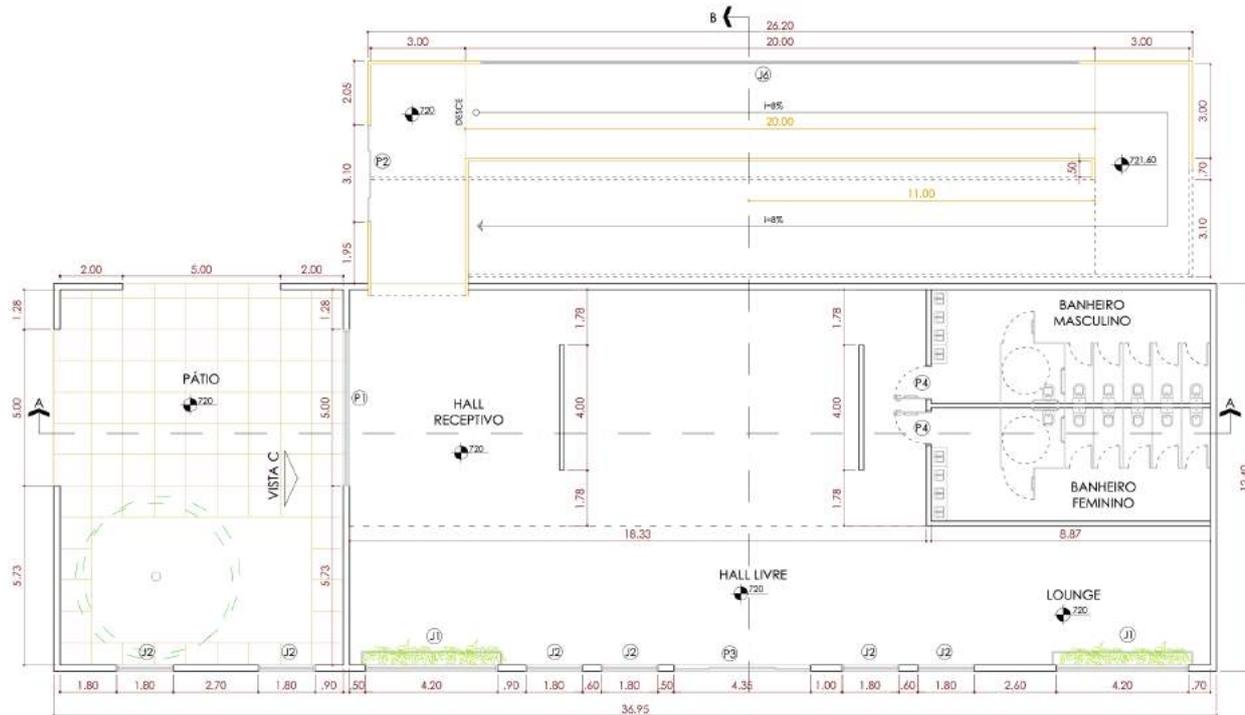


A área de intervenção 11 contém um galpão abandonado, que permaneceu vazio até o dia 06 de maio de 2016, quando o movimento “Ocupa Colaborativa”, uma união de coletivos culturais da cidade de Jundiaí, adentrou o prédio para promover ações socioculturais e de lazer no local e que foi reintegrado em janeiro de 2017.

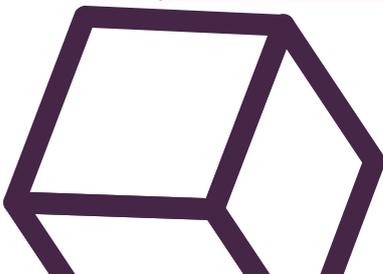


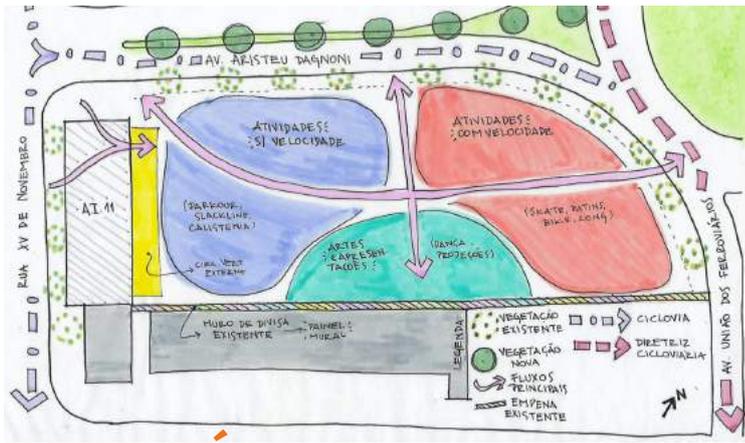
INTERSTÍCIO 11

Em frente ao grande valor histórico, mesmo que recente, protagonizado por agentes sociais da cidade, a área de intervenção 11 funcionará como centralizadora das ações promovidas nas demais. Pretende-se devolver o valor social, hoje inexistente, da edificação e também retomar as atividades que ocorreram no período de ocupação da mesma, fornecendo espaço para debates e participação popular na tomada de decisões. [...] Promover espaços de apoio para incentivar atividades como as propostas pelos coletivos e estruturas que permitam que as pessoas possam se expressar, contribuir com a sociedade e desenvolver a cultural local é de extrema importância para que iniciativas não se percam ao longo de suas jornadas.



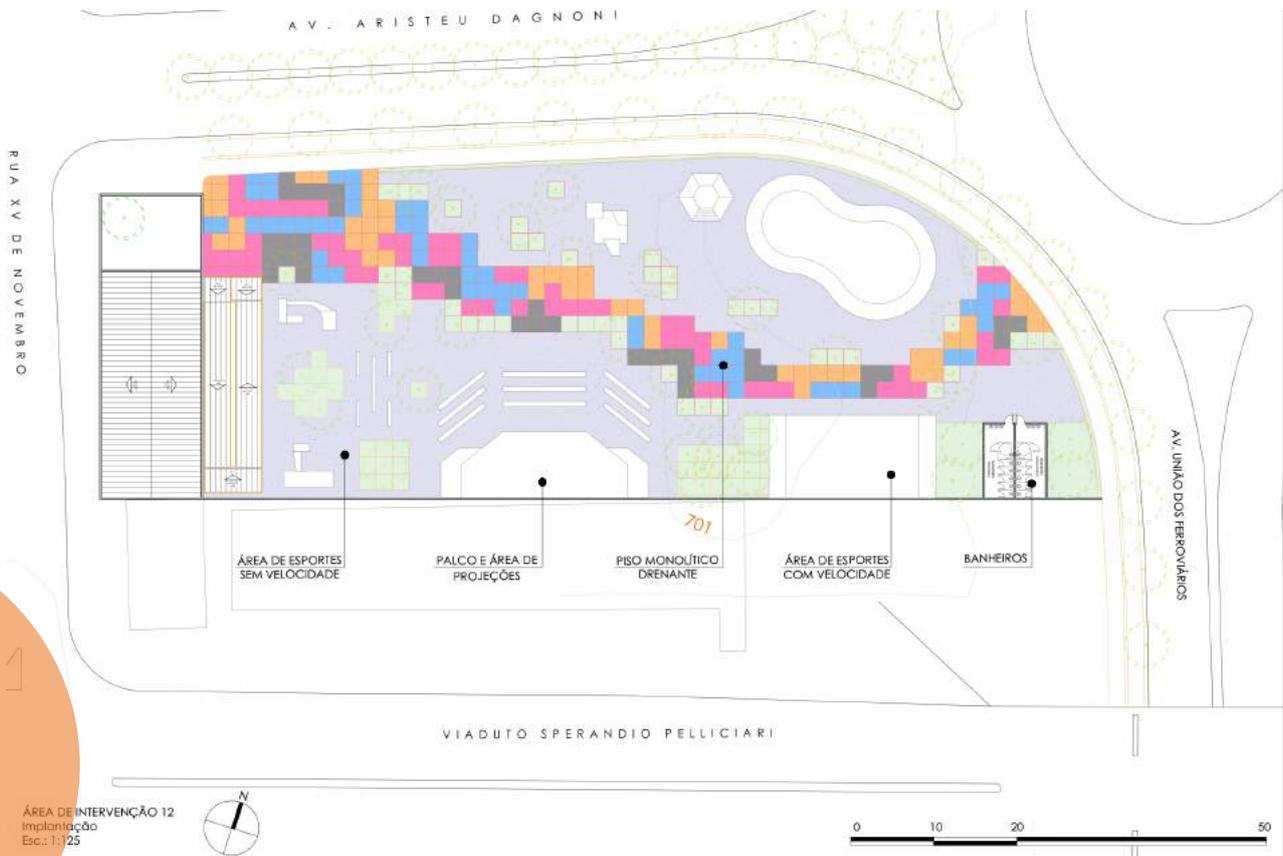
Planta do térreo





INTERSTÍCIO 12

Mediante as dimensões da área de intervenção 12, optou-se por implantar um parque de esportes urbanos na referida gleba, promovendo estrutura para atividades físicas, exibições e demais artes, complementando as atividades que aconteceram no interior da área 11.



ÁREA DE INTERVENÇÃO 12
Implantação
Esc: 1:125



AS IMAGENS são todas do trabalho de conclusão de curso da aluna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS [TRATADAS NESSA PUBLICAÇÃO]

AGUIAR, Victor Martins de. Ressignificar e coexistir: Táticas no espaço residual. *Colloquium Socialis*, Presidente Prudente, v.01, n. Especial 2, p. 758-765, Jul/Dez, 2017.

CIPOLATO, Aldo. A fábrica Japi na história de Jundiaí. *Jornal de Jundiaí*, 06 de setembro de 1977, pág. 02.

CRAVEIRO, João Lutas; ALMEIDA Isabel Duarte de Almeida. Uma concepção sobre os vazios urbanos e a reabilitação do natural: de espaços intersticiais a zonas de lazer e transição. In: *Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono*, II., 2013, Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2013. Pág. 1-8.

GUERREIRO, Maria Rosália. Interstícios urbanos e o conceito de espaço exterior positivo. In: *FÓRUM SOCIOLOGICO*, II, 2008, Lisboa. Lisboa: CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 2008, 1-13.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luísa Howard de. *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Barueri, SP: 3a edição, Manole, 2015.

CONJUNTO HABITACIONAL PARA IDOSOS

AMANDA TESTA CAVALLINI

TEMAS RELEVANTES

Idosos no Brasil

Processo de
envelhecimento

Relação idoso -
família

Tipos de
instituição para
idosos

A vivência da pessoa em um meio onde não há a sensação de conforto ou haja a presença de experiências negativas trazem um prejuízo a saúde com o passar do tempo, um envelhecer não saudável.

A proposta de projeto é feita em cima da premissa: uma habitação criada para esse grupo etário onde gere uma convivência com seus semelhantes tendo ao mesmo tempo a independência dos mesmos, onde haja ainda a oferta de terapias ocupacionais e total acessibilidade para os moradores e visitantes.

Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido em 2019, sob orientação da Prof. Ma. Amanda Neves Pinto Ferreira Pellicari. A apresentação feita para a revista é uma síntese das análises e proposições feitas no trabalho completo.

O principal foco é criar mais possibilidades de moradias a idosos na cidade e poder dar auxílio a essa população que queiram ter sua própria residência e ter ao mesmo tempo atividades de ocupação e auxílio.

O projeto é pensado para ser aplicado na cidade de Jundiaí - SP devido ao fato de que dentro de uma escala municipal é possível perceber a baixa oferta de habitações voltadas a essa população. Em um panorama geral do município, a população idosa em Jundiaí representa 13,35%, ou seja, quase 50 mil residentes da cidade, segundo último censo (IBGE, 2010), e essa demanda não é compatível com a oferta de casas de repouso ou asilos no município.

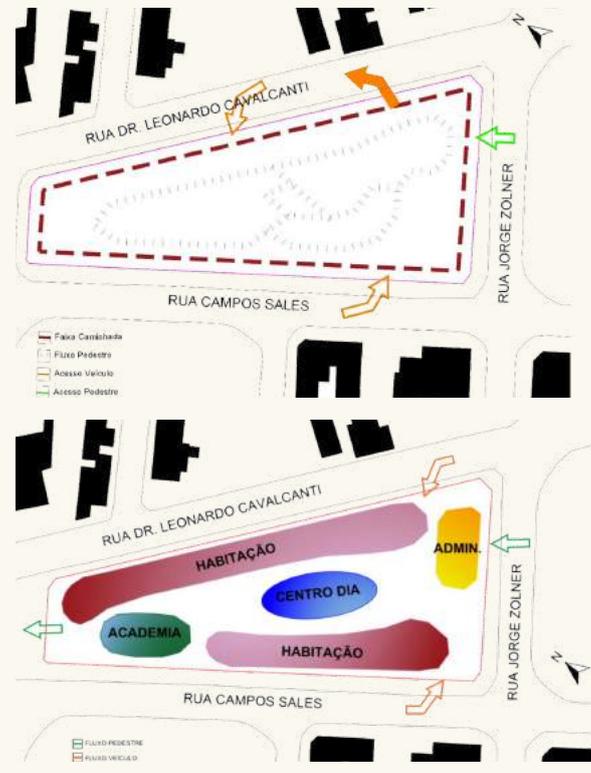
Pensado em uma localidade de fácil acesso e que supra em seu entorno “imediato” todas as necessidades ao idoso, o terreno escolhido se encontra na área central da cidade. Em um raio de estudo de 300 metros, é notório a presença massiva de comércios e serviços. Como é possível notar, a área a nordeste do mapa se caracteriza majoritariamente residencial, diferentemente a sudoeste onde ficam aglomerados a parte de serviços. Em estudo do gabarito de alturas, a área possui pouca parcela de prédios acima de 4 pavimentos, sua média se encontra entre edificações térreas e de até 1 pavimento. Com esse gabarito baixo, o projeto não prevê um complexo habitacional acima dessa margem.



PROCESSO DE PROJETO

A vivência da pessoa em um meio onde não há a sensação de conforto ou haja a presença de experiências negativas trazem um prejuízo a saúde com o passar do tempo, um envelhecer não saudável.

A proposta de projeto é feita em cima da premissa: uma habitação criada para esse grupo etário onde gere uma convivência com seus semelhantes.

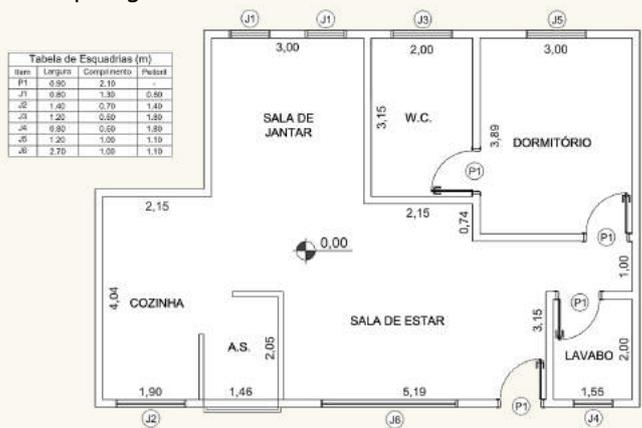


Níveis dos patamares

Implantação geral



Tipologia 1



Tipologia 2



Tipologia 3

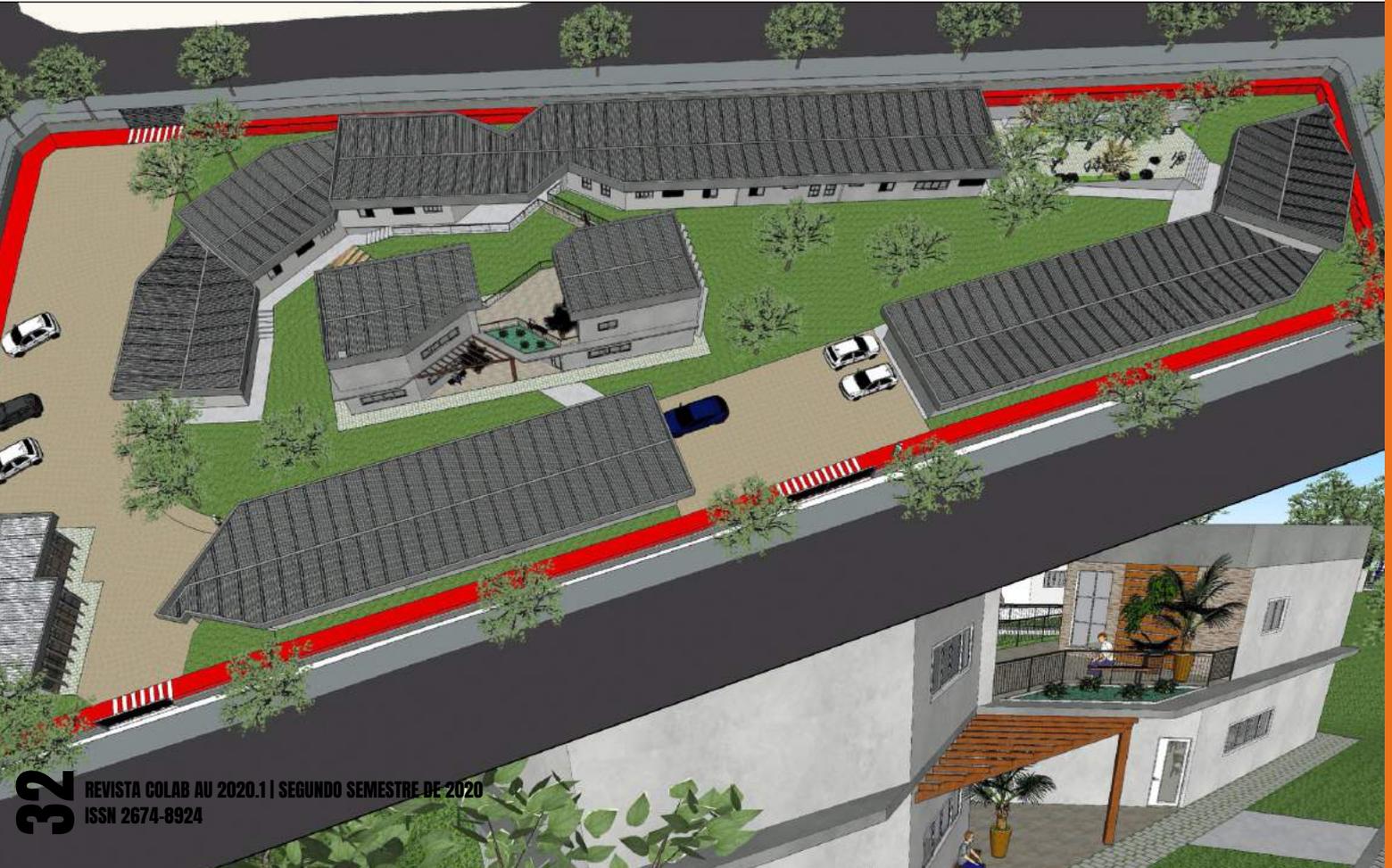


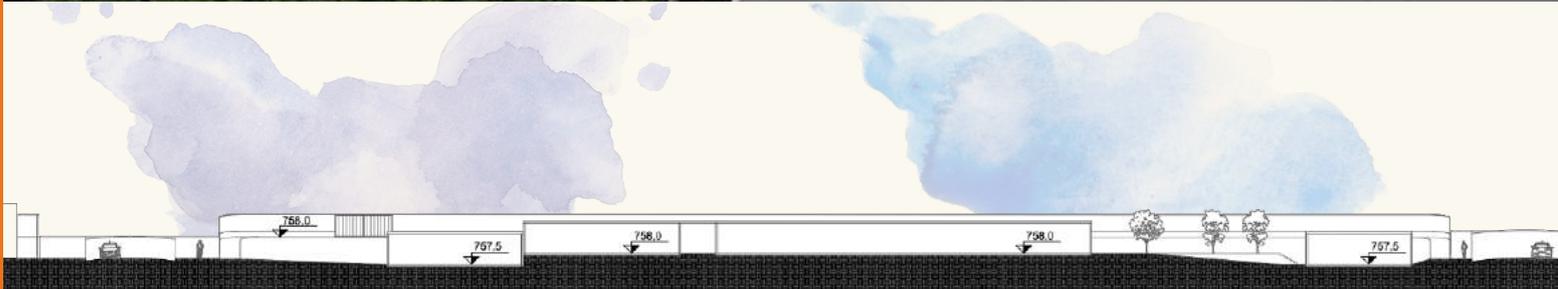
Tipologia 4





Corte AA





Corte BB



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS [TRATADAS NESSA PUBLICAÇÃO]

IBGE. Censo 2010. [S. l.], 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/jundiai/pesquisa/23/25888?detalhes=true>. Acesso em: 15 abr. 2019.

REINVENTAR
PARTILHAR
TROCAR
EXPERIMENTAR
COLABORAR
APRENDER





GRUPO
ANCHIETA


emau